

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA

RELATÓRIO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE BIODIVERSIDADE, FLORESTAS, PARQUES E ÁREAS PROTEGIDAS

versão final – fevereiro 2015

Introdução

Este documento segue **diretrizes sobre relatórios de Planos de Manejo estabelecidas pela CTBio** em sua 39ª Reunião, ocorrida em 18/6/2014, visando que a elaboração desses relatórios buscasse a **máxima concisão e rigor técnico**, sem repetir ou resumir conteúdos dos próprios Planos, e focando nos seguintes pontos:

1. Resumo das **discussões anteriores** da CTBio sobre o Plano em questão
2. Verificar se a **metodologia** utilizada na elaboração do Plano seguiu a legislação
3. Certificar que o processo de elaboração do Plano foi **participativo**
4. Assegurar que o **zoneamento interno** da Unidade de Conservação atendeu à legislação e às diretrizes das resoluções SMA
5. Checar se, na **zona de amortecimento**, as limitações indicadas são objetivas e justificadas tecnicamente, conforme Resoluções SMA
6. Apresentar as **conclusões da CTBio** e as recomendações para subsidiar a decisão da plenária do Consema.

1) Resumo das discussões da CTBio sobre o tema

O Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) foi **concluído em setembro de 2011**. Foi protocolado no CONSEMA mas, antes mesmos de ser analisado, retornou à Fundação Florestal em 2013, para adequação às Resoluções SMA 32 e 33/2013. Sua primeira apresentação nesta Comissão aconteceu apenas **em 19/12/2013, na 34ª Reunião da CT-Bio**. A Fundação Florestal, na pessoa da gestora do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), fez nessa data a apresentação do Plano. Na ocasião foram solicitados diversas correções e esclarecimentos, que foram preparadas pela equipe da Fundação Florestal e posteriormente encaminhadas à relatoria (então a cargo de Cristina Azevedo, da CBRN).

O primeiro relatório sobre o Plano foi analisado na **39ª Reunião da CT-Bio, em 18/6/2014**. Silas Barsotti Barrozo (engenheiro florestal, funcionário da SMA/CBRN) fez a apresentação do relatório. Vários questionamentos foram levantados pela FIESP, CBRN e pelo MP. A equipe da Fundação Florestal respondeu às questões e se comprometeu a incorporar o possível em uma nova versão do Plano.

Nova apresentação foi feita pela equipe da Fundação Florestal, incluindo a gestora do PEIb, na **40ª Reunião da CT-Bio, em 1/7/2014**. Nesta reunião, a Fundação Florestal apresentou as informações complementares solicitadas pelos membros da CTBio nas duas reuniões anteriores, tendo encaminhado à Comissão Temática, os seguintes documentos:

1. Relatório de implantação dos programas de gestão do PEIb, de 2011 a 2014
2. Justificativa técnica geral da Zona de Amortecimento
3. Planilha de Custos para a implantação do Plano de Manejo por programa de gestão
4. Resposta ao parecer do CBRN (então relatora do PM do PEIb)
5. Resposta ao parecer preliminar do Ministério Público.

Nessa reunião, novos questionamentos foram levantados pela FIESP e pelo MP, CETESB e PGE. Foi quando o então Presidente da CTBio colocou a necessidade de se esgotarem os questionamentos sobre o Plano de Manejo de Ilhabela, para que houvesse deliberação sobre o mesmo. Foi definido então que os membros que tivessem considerações, o fariam por escrito, já com as respectivas propostas de alteração para encaminhamento à Fundação Florestal, objetivando esgotar o tema e concluir os trabalhos de análise da CTBio.

Com base nos pareceres da FIESP, MP e em reunião realizada entre FF, CETESB, PGE e SMA sobre a Zona de Amortecimento, a Fundação Florestal revisou o Plano em sua totalidade, incorporando praticamente todas as considerações colocadas pelos membros da CTBio no decorrer do processo (com exceção de poucos dados que demandariam novos levantamentos em campo) e **protocolou o produto final à CTBio em dezembro de 2014** _texto esse que serviu de base a este parecer. Em documento anexo a este parecer, para informação mais detalhada aos senhores Conselheiros, apresentamos os trechos das atas dessas três reuniões da CTBio sobre o tema.

Conclusão do relator:

Em face desse histórico, e cotejando as atas das três reuniões da CTBio sobre o tema com a versão ora apresentada, entendemos que o Plano de Manejo do PEIb incorporou praticamente a totalidade das colaborações desta Comissão e dos órgãos nela representados, estando plenamente justificada a impossibilidade de inclusão de informações pontuais, consideradas pelos requerentes de baixa prioridade, uma vez que demandariam novos estudos de campo, o que não seria razoável nesta altura do processo.

2) Metodologia de elaboração: verificar se seguiu a legislação

O desenvolvimento do Plano de Manejo do PEIb seguiu o **Roteiro Metodológico de Planejamento do IBAMA** (IBAMA, 2002) as **diretrizes do SNUC** (Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000) e de seu instrumento regulamentador, o Decreto Federal no 4.340 de 2002.

A estrutura e o conteúdo do Plano de Manejo do PEIb, assim como a metodologia adotada em sua elaboração, seguiram os critérios técnicos e diretrizes estabelecidas na **Resolução SMA no 32/2013** e na **Resolução SMA no 33/2013**.

Sua elaboração contou com uma **etapa de diagnóstico**, consolidando caracterizações e análises sobre o Meio Físico, Biótico e Antrópico a partir de dados primários e secundários. O diagnóstico subsidiou **discussões com equipes técnicas e sociedade civil**, assegurando a participação das comunidades locais dentro da concepção de planejamento participativo, permitindo estabelecer o zoneamento e as linhas de ação dos Programas de Gestão.

Conclusão do relator:

Pelo exposto acima concluímos que a metodologia empregada na elaboração do Plano de Manejo do PEIb segue a norma legal.

3) Avaliar se o processo de elaboração foi participativo

Para definir o zoneamento e elaborar os Programas de Gestão, a equipe do PEIb, promoveu discussões com todos os envolvidos diretamente com a Unidade de Conservação. Ao longo do processo de elaboração do Plano de Manejo do PEIb foram realizadas **18 oficinas, muitas delas desdobradas em várias reuniões, envolvendo no total mais de 500 pessoas** diretamente:

1. Reunião Técnica - funcionários
2. Reunião Inicial
3. Oficina do Diagnóstico
4. Planejamento Estratégico
5. Oficina de diagnóstico - Comunidades
6. Oficina de zoneamento - Comunidades
7. Oficina treinamento Zoneamento
8. Oficina de zoneamento
9. RT Zona de Amortecimento
10. Oficina de programas - Comunidades
11. Uso Público - Educação Ambiental
12. Uso Público - Visitação
13. Interação Socioambiental
14. Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural
15. Gestão Organizacional e Proteção Ambiental
16. Reunião Conclusiva
17. Apresentação APA LN
18. Reunião com Representantes do Setor Náutico

Merecem destaque **reuniões nas comunidades tradicionais isoladas**, garantindo que demandas e propostas desses grupos fossem incorporadas ao

Plano, e também o fato de os participantes do processo terem a co- autoria do Plano de Manejo do PEIb, dada sua intensa participação.

Conclusão do relator:

De acordo com o exposto acima, entendemos que houve ampla participação de todos os atores na elaboração do Plano de Manejo do PEIb.

4) Zoneamento Interno: verificar se atende à legislação e às resoluções SMA

O zoneamento do Plano de Manejo do PEIb baseou-se **Lei nº 9.985/2000 (SNUC)** e nos critérios e zonas definidas no **Roteiro Metodológico do IBAMA** (IBAMA, 2002). Como foi concluído em 2011, o Plano foi posteriormente **adequado às Resoluções SMA 32 e 33/2013**. Como detalhado por Sandra Leite da Fundação Florestal na **34ª Reunião da CT-Bio (19/12/2013)**, para tanto foram necessárias apenas adequações de forma, e não de conteúdo: o resumo executivo passou a trazer as informações para cada setor, de acordo com o disposto na resolução; entretanto o zoneamento não necessitou ser alterado nessa adequação e o processo participativo foi integralmente respeitado. O mesmo ocorre em relação à revisão final feita em 2014 com base nos pareceres da CTBio, em que foram mantidos os acordos estabelecidos no processo participativo.

Além disso, as normas do zoneamento continuam **compatibilizadas com o Plano Diretor de Ilhabela e Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte**.

Para atender aos objetivos gerais das UC de Proteção Integral e aos objetivos específicos de manejo do PEIb, foram definidas oito Zonas: Intangível, Primitiva, Uso Extensivo, Uso Intensivo, Histórico-Cultural, Recuperação, Uso Especial e Uso Conflitante, além da Zona de Amortecimento. **Os usos e subdivisões de cada zona estão detalhados nas páginas 68 a 101 do Resumo Executivo.**

Conclusão do relator:

Segundo nossa análise do Plano de Manejo, o zoneamento interno proposto para o PIEb segue a legislação vigente e está adequado às resoluções da SMA

5) Zona de Amortecimento: verificar se limitações são objetivas, justificadas tecnicamente conforme resoluções SMA

A zona de amortecimento do PEIb engloba **áreas terrestres** (na Ilha de São Sebastião) e **áreas marinhas**. Sua delimitação e normas de uso foram compatibilizadas com os instrumentos de ordenamento vigentes: Plano Diretor de Ilhabela e Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte. Cada setor da Zona de Amortecimento e respectivas normas trazem suas atinentes

justificativas técnicas, baseadas no diagnóstico socioambiental do PEIb e entorno, atendendo a Resolução SMA.

Na Ilha de São Sebastião foi incluída toda a faixa territorial terrestre contígua à UC. Na área marinha foi incluído o canal de São Sebastião e toda a área já abrangida pela **APA Marinha Litoral Norte**, que envolve o Arquipélago de Ilhabela. Os usos e restrições em cada uma delas estão **detalhados entre as páginas 99 e 145 do Resumo Executivo** do Plano de Manejo.

As **normas e restrições válidas para toda a Zona de Amortecimento** apresentadas no Plano são as seguintes:

- Obras, empreendimentos e atividades deverão pautar-se pela **busca de sustentabilidade** do território e **mínimo impacto** aos atributos protegidos pela UC.
- A autorização para a implantação de **estruturas náuticas**, exceto no canal de São Sebastião, deverá, necessariamente, ser precedida de estudos de impacto ambiental e análise de impactos cumulativos ao meio ambiente e à paisagem;
- **Empreendimentos portuários** deverão elaborar planos de **emergência** e incluir o órgão gestor da UC no processo;
- **Obras de infraestrutura** e atividades consideradas de utilidade pública e empreendimentos lineares que possam causar fragmentação de habitat, deverão considerar alternativa locacional e/ou tecnológica que mitigue os impactos negativos.
- Empreendimentos no entorno ou próximos à **sítios históricos e arqueológicos**, deverão adotar medidas para sua proteção, em conformidade com normativas específicas.

As **atividades e usos não permitidos em toda a Zona de Amortecimento** são as seguintes:

- Quaisquer obras, empreendimentos e atividades **em desacordo com as normas** e restrições do setor;
- **A supressão de vegetação das Áreas de Preservação Permanente (APP)**;

Na Zona de Amortecimento **será necessária manifestação do órgão gestor nos seguintes casos** de obras ou empreendimentos:

- . Obras sujeitas a EIA-RIMA, RAP ou EAS;
- . Que, por suas características, possam causar **prejuízos à fauna** silvestre e/ou migratória protegida pelo parque, exceto no Setor Área Urbana;
- . Que, por suas características, possam causar **prejuízos significativos à preservação da paisagem** protegida pelo parque;

- . Que **captem água diretamente em córregos no interior da UC** ou que gerem impactos na qualidade e/ou quantidade de água em bacia de drenagem no interior da UC;
- . Que, por suas características, possam implicar em **vetores de expansão urbana e/ou adensamento populacional** acelerados em direção aos limites do Parque;
- . Que venham a acarretar **supressão de vegetação nativa** em área igual ou superior a 5,0 (cinco) hectares ou em área igual ou superior a 0,5 (meio) hectare em área com cobertura florestal contígua à unidade de conservação;
- . Introdução ou cultivo de **Organismos Geneticamente Modificados** que possam impactar a biodiversidade protegida pelo parque.
- . Introdução de **espécies exóticas** e invasoras.
- . **Aquicultura;**
- . **Estruturas náuticas**, quando os estudos realizados apontarem impacto ambiental, cumulativo ou à paisagem, **exceto no canal de São Sebastião.**
- . **Indústrias** consideradas como de impacto ambiental significativo, segundo critérios precisos que serão definidos pela Fundação Florestal com auxílio da Cetesb, e que serão apresentados ao planário do Consema quando da votação deste relatório pelo plenário, **aeródromos, vias de grandes extensões e circulação, mineração e transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.**
- . Quaisquer obras e empreendimentos, **exceto no setor área urbana, que exijam prolongamento de rede elétrica, de água e telefonia, abertura ou alargamento de vias**, quantidade elevada de mão de obra para sua instalação.

Particularmente sensível é a **sobreposição da área portuária e do Terminal da Petrobras no Canal de São Sebastião com a Zona de Amortecimento** do PEIb. Neste sentido, o Plano de Manejo afirma explicitamente que o objetivo do zoneamento desta área é Integrar as ações de gestão ambiental sustentável do canal juntamente com o Porto de São Sebastião".

Como diretrizes específicas para a zona portuária, o Plano de Manejo destaca:

- . Compatibilizar e **integrar ao Programa de Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e às normas da Marinha**, considerando atividades pesqueira, turística e outras;
- . As normas e o monitoramento devem considerar os padrões de qualidade de diferentes usos e critérios de sensibilidade ambiental;
- . Os **Planos de Contingências e de Gestão de Riscos de derramamento e vazamento de óleo e gás, bem como Plano de Área, deverão incluir o órgão gestor das UCs** nas fases de planejamento, treinamento e em situações de emergência;

Conclusão do relator:

Considerando o exposto acima, entendemos que as limitações estabelecidas para a zona de amortecimento do Parque Estadual de Ilhabela constantes desta versão do plano de Manejo são objetivas, justificadas tecnicamente e estão em consonância com as resoluções SMA.

6) Conclusões da CTBio, com recomendações para subsidiar decisão da plenária do Consema

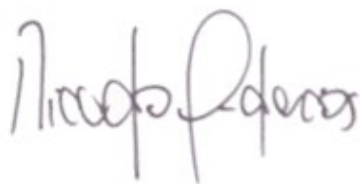
Quatro anos depois de concluído depois de três rodadas de apreciações por esta CTBio, após a elaboração de inúmeros documentos técnicos pela Fundação Florestal e de feita revisão geral do Plano de Manejo em 2014, com base nos pareceres desta Comissão, entendemos que o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela está pronto para ser aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo.

Ainda que possa não ser isento de falhas, o Plano é um instrumento indispensável para a gestão da Unidade de Conservação. A urgência em sua aprovação se faz ainda mais aguda diante das crescentes pressões que o Parque Estadual de Ilhabela vem sofrendo.

Todos sabemos que o litoral norte é a região apresenta os maiores índices de crescimento populacional percentual no Brasil. Grandes empreendimentos necessários ao desenvolvimento não apenas de São Paulo, mas de todo o país, como a exploração do pré-sal, a duplicação da Rodovia dos Tamoios, da Rodovia Rio Santos e a ampliação do Terminal Almirante Barroso da Petrobras, vão jogar ainda mais pressão sobre o Parque. A publicação do Plano de Manejo não apenas garantirá maior proteção da Unidade de Conservação, mas também facilitará a integração de políticas públicas do Estado, Município, União, bem como objetivará e dará maior celeridade ao andamento de todos os processos que demandam, ou não, a manifestação da Fundação Florestal, inclusive os de licenciamento ambiental.

A revisão do Plano de Manejo cinco anos a partir de sua aprovação é a garantia de que eventuais falhas poderão ser corrigidas. É nossa responsabilidade municiar o Parque Estadual de Ilhabela com este instrumento fundamental para sua gestão.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2015



Ricardo Anderãos - Conselheiro Ambientalista